

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2021

(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Solicita informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

Requeiro a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e arts. 115 e 116 no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni sobre afirmações do Presidente Bolsonaro em defesa do voto impresso para as eleições de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Em 25 de junho, o Antagonista¹, divulgou que o Presidente Bolsonaro voltou a criticar o Supremo em entrevista à imprensa durante inauguração em Sorocaba. Afirmou: *“Tornaram o Lula elegível para quê? Para elegê-lo presidente na fraude”*. Depois, voltou a defender o voto impresso.

O Presidente continuou: *“é por isso que quero o voto auditável. Se o Congresso promulgar o voto auditável, teremos voto auditável e ponto final. Por que seria inconstitucional uma PEC dessa? Se o Congresso promulgar teremos voto impresso no ano que vem. Os R\$ 2 bilhões, já falei para o Paulo Guedes, está garantido”*.

Percebe-se que o discurso do Presidente contra a legitimidade das urnas eletrônicas vem se intensificando. Desde 2018, ele alega que foi vítima

¹ <https://www.oantagonista.com.brasil/tornaram-o-lula-elegivel-para-que-para-elege-lo-presidente-na-fraude-diz-bolsonaro/>



LexEdit
CD211592270500

de fraude na eleição, o que teria lhe tirado a vitória no primeiro turno. Mas nunca apresentou nenhuma prova a respeito.

Em janeiro, um dia depois à invasão do Capitólio por militantes de extrema-direita estimulados pelo ex-presidente Donald Trump, Bolsonaro disse a apoiadores que a falta de confiança nas eleições americanas levou "a este problema que está acontecendo lá" (a invasão violenta, que deixou 5 mortos) e que, no Brasil, "se tivermos voto eletrônico" em 2022, "vai ser a mesma coisa" ou "vamos ter problema pior que nos Estados Unidos".

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e especialistas avaliam que, na prática, a adoção do novo modelo de urna com impressão do voto é que pode aumentar o risco de fraude. Na avaliação da coordenadora da Transparência Eleitoral Brasil, Ana Claudia Santano², o debate sobre adoção do comprovante é legítimo, mas não está claro "da forma que estão fazendo, se essa é uma demanda da população ou se está sendo usado para construir um discurso político" que coloque em xeque os resultados das próximas eleições.

Ocorre que diferentemente das urnas eletrônicas, o comprovante permite a recontagem. Segundo Santano, "a partir do momento que eu aumento a chance de judicialização, eu também transfiro a última palavra, que deveria ser do povo, das urnas, para o Poder Judiciário. A partir do momento em que a gente coloca um mecanismo que permite recontagem, basta ver em ambientes polarizados, que os perdedores não costumam aceitar o resultado prejudicial a eles no primeiro momento. É claro que eles vão pedir recontagem".

Por todo o exposto, tendo em vista que se trata de discurso contra a legitimidade das urnas eletrônicas no Brasil, faz-se necessário a busca de mais informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Onyx Lorenzoni para que esclareça quais as intenções do retorno ao sistema eleitoral impresso no país.

Plenário, 28 de junho de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

² <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,voto-impresso-entenda-o-que-esta-em-jogo-na-camara-hoje,70003762183>

LexEdit
CD211592270500